

Arqueologia, História e Direitos Humanos na Guerrilha do Araguaia

Michel Justamand¹

Resumo

O artigo apresenta algumas considerações sobre as contribuições que a arqueologia pode oferecer ao conhecimento de um dos episódios mais sombrios da ditadura militar brasileira (1964 à 1985): a guerrilha do Araguaia. Tal episódio ocorrido em terras nacionais, mas também em outras pelo continente sul americano, marcou a segunda metade do século passado. Foram inúmeras mortes, assassinatos e desaparecimentos de pessoas que militavam ou não por um mundo melhor. A Guerrilha do Araguaia foi baseada nessa idéia de mundo melhor. Ocorrida na região norte do país na tríplice fronteira entre os estados do Pará, Maranhão e Tocantins (à época norte de Goiás) e organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B). Partido que ainda é atuante e que agora é parte do governo presidencial desde o mandato de Lula e agora integra o da presidenta Dilma. A guerrilha foi à principal forma de luta contra a ditadura vislumbrada por essa agremiação política, no contexto repressivo estabelecido a partir do golpe de estado que deu início ao último período ditatorial brasileiro. Na guerrilha, quase todos os guerrilheiros foram assassinados, muitos dos quais constam nas listagens organizadas por entidades que reúnem os familiares de mortos e desaparecidos políticos daqueles anos, além de relatos de assassinatos, torturas e desaparecimentos de camponeses da região.

Palavras chave: Arqueologia. Direitos Humanos. Guerrilha. Araguaia.

Introdução

O conhecimento de um dos episódios mais sombrios da ditadura civil-militar brasileira (1964 à 1985), a guerrilha do Araguaia, é um grande desafio a uma gama de pesquisadores de diversas áreas do saber. Trata-se de um episódio em que as forças repressivas que nele atuaram esforçaram-se (e ainda se esforçam) para ocultar ou mesmo negar sua existência. Ocorrida na região norte do país na tríplice fronteira entre os estados do Pará, Maranhão e Tocantins (à época norte de Goiás) e organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) a guerrilha foi a principal forma de luta contra a ditadura vislumbrada por essa agremiação política, no contexto repressivo estabelecido a partir do golpe de estado que deu início ao último período ditatorial brasileiro.

Uma das dificuldades para seu conhecimento foi o assassinato da quase totalidade dos guerrilheiros que nela atuaram. Desses guerrilheiros muitos constam nas listagens organizadas por

¹UFAM – Universidade Federal do Amazonas. Pós-doutor em História pela PUC-SP Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

entidades que reúnem os familiares de mortos e desaparecidos políticos daqueles anos (COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLITICOS INSTITUTO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DO ESTADO, GRUPO TORTURA NUNCA MAIS, 1996), além de relatos de assassinatos, torturas e desaparecimentos de camponeses da região.

Outra dificuldade refere-se à negação, pelos militares, de sua existência em fins da década de 1970. Quando finalmente admitiram a existência da guerrilha, eles afirmavam que os documentos sobre ela haviam sido destruídos, o que pesquisas recentes mostram não ser verdade (MORAIS, 2005).

Merece menção também a intimidação contínua e sistemática daqueles que vivenciaram de perto ou de longe o cotidiano da repressão: os moradores da região, em particular aqueles que foram guias do Exército durante a guerrilha e que teriam indicações dos locais onde foram mortos ou enterrados os guerrilheiros. Mesmo que muitos deles sintam-se respaldados pelas diversas ações, inclusive as da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, há ainda um número expressivo de pessoas que se negam a comentar o episódio, com medo das represálias que possam sofrer.

Entretanto, mesmo com essas dificuldades, a pesquisa vem avançando e nela é fundamental, para compreender a guerrilha e dimensioná-la com mais precisão, ouvir os camponeses. Para isso, é importante que sejam feitas abordagens interdisciplinares, em particular entre a história e a arqueologia, objeto desta reflexão.

Algumas considerações sobre a história e a historiografia da guerrilha

A guerrilha foi reprimida pelas Forças Armadas, com clara preponderância do Exército, e contou com a colaboração das forças policiais locais dos estados de Goiás e Pará, além de camponeses, estes últimos forçados a colaborar sob pena de prisão, tortura e morte.

A produção acadêmica e militante – que em muitos casos se confunde ao tratar do tema da guerrilha (MECHI, 2012) - centrou-se inicialmente na experiência dos guerrilheiros, dada a escassez de fontes documentais disponíveis para a pesquisa que revelasse a participação de outros grupos. As primeiras publicações se basearam em relatos dos poucos militantes que conseguiram escapar da área e na pequena documentação produzida pelo PC do B que estava disponível até então. Uma segunda fase de estudos sobre a guerrilha teve início em 2005, a partir da revelação de um grande volume de fontes documentais do Exército sobre o episódio, guardadas por um dos

comandantes da repressão à guerrilha: o general Antônio Bandeira. Tratou-se de um grande avanço, mas que ainda não incorporava adequadamente a participação dos camponeses no episódio.

Os mais recentes estudos tem se debruçado sobre este grupo social, entendendo que ele teve papel fundamental no desenrolar da guerrilha e sua repressão (MECHI, 2012). Discute-se que tanto para os guerrilheiros quanto os militares, o contato e a colaboração da população local foi decisiva, e é partir dos relatos dos camponeses, que está sendo recuperado muito da experiência social dos guerrilheiros, mas também das formas repressivas que foram utilizadas pelas Forças Armadas na região.

Outro aspecto sempre presente na militância dos familiares dos mortos e desaparecidos e que vem ganhando maior problematização na produção acadêmica, refere-se a temática dos Direitos Humanos. No episódio da guerrilha do Araguaia e nas falas dos camponeses atingidos, há diversos elementos que permitem aos pesquisadores recuperar a sua sistemática e contínua violação no Araguaia.

Nos primeiros meses após a descoberta de militantes de esquerda na região – as Forças Armadas não sabiam ainda que se tratasse de uma guerrilha organizada pelo PC do B – foram enviadas para a região tropas comuns, mobilizadas nas proximidades; tratavam-se principalmente de policiais militares e recrutas do Exército. Ao abordarem a população para procurar descobrir elementos para enfrentar o inimigo ainda desconhecido, utilizaram largamente prisões arbitrárias e se usaram também de interrogatórios. A Sr^a Maria Madalena em seu relato releva aspectos que iluminam as formas de relacionamento entre as primeiras tropas e os camponeses:

Eles chegaram na casa de meu pai, ai prenderam meu pai, ai saíram tocando meu pai igualmente se toca um porco né, ai minha mãe saiu atrás com nós chorando, ai eles mandou nós cala a boca né. Ai chegamos na Vila de Santa Cruz, ai eles colocaram meu pai intimado em cima de uma areia quente né, no sol quente, na areia quente o dia todo sem comer e sem beber. E nós chorando ao redor e eles mandando nós ir embora, sair de lá né, ai depois nós ficamos sem ter onde se ranchar né, no meio da rua, no meio da vila lá, ai uma comadre da minha mãe foi que pegou nós, levou pra casa dela e deu comida pra nós, entendeu? Ai ficamos sem direito de voltar na terra (...) ai eles tocaram fogo na nossa casa também (...) ficamos só com a roupa do corpo. (depoimento concedido em 25 de abril de 2008, em São Geraldo do Araguaia - PA)

O relato da Sr^a Maria Madalena evidencia a desestruturação familiar provocada pela forma de abordagem utilizada pelas forças repressivas: “buscava-se o chefe da família, que era submetido as mais diversas formas de tortura, visando colher qualquer tipo de informação sobre a atividade

guerrilheira. Em alguns casos, marido e mulher, ou mesmo a família toda era submetida a torturas” (MECHI, 2012: 104).

Sua fala também traz à tona outra prática que foi comum durante a repressão à guerrilha do Araguaia, e cujo impacto extrapola esse episódio, se refletindo até hoje na vida da comunidade: a privação dos meios de subsistência dos camponeses, que tiveram suas casas e roças sistematicamente queimadas, além de serem expulsos de suas terras.

Muitas das áreas que eram posses de camponeses nos anos setenta, hoje integram os latifúndios da região, que ganhou força com a repressão à guerrilha. Esta forma de relacionamento das forças repressivas com a população, entretanto, não foi exclusividade do Araguaia e pode ser percebida em outros movimentos de luta no campo, como os movimentos dos camponeses das Ligas Camponesas, de Porecatu e da Revolta camponesa de Trombas e Formoso. Neste último, a repressão aos camponeses também se desenvolvia de forma semelhante à que relatam os camponeses do Araguaia. “A prisão, um caixote de madeira que cheirava a sangue, os espancamentos e a queima de roças e de casas, além da presença do jagunço aterrorizando os camponeses foi constante nos conflitos em torno da posse de terra”(ABREU, 20002).

Na repressão à guerrilha, estas práticas, identificada também em outros movimentos camponeses, tornaram-se cotidianas. Entretanto, no Araguaia, uma especificidade da atuação das forças repressivas junto aos camponeses é que “o ataque era indiscriminado, atingindo um número muito grande de camponeses, diferente de outros movimentos, nos quais se contam os ataques às roças e casas às dezenas, no Araguaia eram centenas”(MECHI, 2012: 107).

Entre os camponeses, as prisões recorrentes eram comuns. O Sr. João Moreira, relata que foi preso cinco vezes, durante a guerrilha. Durante as prisões foi torturado, e teve o pulso quebrado. “Foi mantido preso numa cela feita de arame farpado e coberta com palha, na base de Xambioá”, depoimento concedido em 14 de abril, na cidade de São Geraldo do Araguaia - Pará.

A forma mais utilizada de repressão e intimidação dos camponeses foi a queima das roças e das casas, que tinha como uma de suas finalidades desencorajar os moradores a prestarem auxílio à guerrilha, buscando “matá-la de fome”. Ter ajudado os guerrilheiros com os produtos produzidos para sua subsistência muitas vezes significou ao camponês a sua prisão e tortura:

Poucas semanas antes dos combates da última campanha das Forças Armadas, pessoas que tinham tido algum contato com os guerrilheiros foram presas. Todas elas, principalmente aqueles que forneceram um prato de comida e/ou com suspeitas de colaborarem com a guerrilha, foram conduzidas às dependências do campo de

concentração de Bacaba. Roças foram queimadas e casas derrubadas. Possivelmente muitos tenham sido mortos sob tortura. (NASCIMENTO. 2000: 140-1)

Como se vê, durante a guerrilha, existiu diversas formas de reprimir o movimento que afetaram os moradores. Uma das mais mencionadas nos relatos dos camponeses foi a prisão em massa. Cerca de 300 moradores da área da guerrilha foram presos e levados para a sede do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT), também conhecida como “Casa Azul”. Nela funcionava uma base militar, que se localizava na região de Bacaba. Lá, além das prisões, diversos moradores sofreram com as torturas contra eles empregadas, além de relatarem terem vistos guerrilheiros presos, os mesmos que hoje estão desaparecidos, como é o caso da guerrilheira Rosinha - Maria Célia Corrêa (MECHI, 2012: 121).

Os apontamentos anteriores, sem a pretensão de explorar exaustivamente os métodos repressivos utilizados pelas Forças Armadas durante a guerrilha, servem de ponto de partida para a reflexão sobre a necessidade de estudos interdisciplinares, entre áreas do saber como a história e a arqueologia.

Nos relatos e situações repressivas mencionados, fica demonstrada que existem possibilidades de investigações arqueológicas e que estas podem iluminar pontos que a historiografia não é capaz de elucidar. O cruzamento da documentação escrita com os depoimentos são objetos de futuras prospecções (FUNARI, 2010: 56-7). Tal metodologia arqueológica serviria para o desenvolvimento de novos conhecimentos sobre a história da região e, conseqüentemente, da guerrilha.

Outro aspecto relevante que pode enriquecer o estudo da guerrilha é a inviabilidade da utilização de tropas regulares para reprimi-la. Para levar à cabo a missão de exterminar a guerrilha, foram necessárias três investidas oficiais. Entretanto, apenas quando os militares utilizaram táticas de guerrilhas e da conhecida “guerra suja” é que se saíram vitoriosos. Este aspecto deixa claro que, no contexto do Araguaia, de selva densa, população rarefeita e com guerrilheiros adaptados à região, a derrota dos exércitos em suas formações convencionais eram iminentes. A destruição da guerrilha adveio apenas quando do abandono dos métodos tradicionais, utilizando-se técnicas de guerrilhas que tem origens primitivas, que já ocorreu em campanhas de exércitos conhecidos pelo mundo, como indica Lawrence H. Keeley (KEELEY, 2011: 181-2).

O combate primitivo, ou a tática de guerrilha, são superiores à variedade, dos chamados civilizados. Esse último é um combate estilizado, ritualizado e relativamente menos perigoso. Nas táticas de combate primitivo os inimigos são todos mortos, na maioria das ocasiões, especialmente

os homens adultos, estratégia para garantir o mínimo de risco (IDEM). Isto é algo que guarda alguma semelhança com o que feito pelos militares no Araguaia, conforme se vê no relato da Sr^a Maria Madalena, citado anteriormente, quando a camponesa relata que se buscou prender e torturar o chefe da família. Outro aspecto de guerra primitiva ou de guerrilha, negar-lhes os meios de subsistência, destruindo as suas produções, seja por vandalismo ou por roubo, também foram procedimentos desenvolvidos pelos militares na região.

Seqüestros de mulheres e crianças também podem ter incidido segundo apontam os depoimentos descritos por Mechi (MECHI, 2012), além de promover o terror na região (HEELEY, 2011: 338), para que os camponeses abandonem suas terras.

Acrescente-se, ainda que os militares, quando de sua atuação na região do Araguaia e durante a guerrilha, utilizaram uma tortura pouco conhecida no Brasil, mas que pode guardar similaridade com outros episódios de repressão no campo: O “Buraco do Vietnã”, cujo nome remete à famosa guerra travada entre os Estados Unidos e o Vietnã do Sul, entre os anos de 1955 e 1975. O “Buraco do Vietnã”, portanto, teve vigência na região do Araguaia no mesmo período em que se desenvolvia a guerra no sudoeste asiático, marcado pela derrota da grande potência e pela utilização de táticas de guerra não convencional pelos combatentes vietnamitas, os *vietcongs*.

Arqueologia e as suas contribuições para a Guerrilha do Araguaia

A arqueologia como ciência conhecida e reconhecida internacionalmente tem seu nascedouro durante o período imperialista (CARVALHO et al, 2009: 13). Momento em que alguns países europeus se lançaram as conquistas brutais, durante os séculos XVIII e XIX. Na sua origem essa ciência definia-se como o estudo das coisas antigas (JUSTAMAND et al, No prelo). E para suas pesquisas teve íntima colaboração com a construção do mundo burguês, com a legitimação da dominação européia sobre os demais povos do mundo. A arqueologia também esteve vinculada a posições conservadoras ou reacionárias e não poucas vezes esteve a serviço “da opressão de indígenas, mulheres, pobres, minorias diversas e mesmo maioria variadas” (FUNARI, 2013: 23). Além de ter sido manipulada por militares em muitos momentos (FUNARI et al, No prelo). Alguns métodos arqueológicos eram baseados em formulações de oficiais das forças armadas que fizeram os trabalhos de “campo” (ZARANKIN et al, 2009: 33).

Entretanto, a partir da segunda metade do século XX, a arqueologia vinculou-se cada vez mais às demandas colocadas pelos movimentos sociais, colaborando na afirmação dos direitos dos povos, minorias, negros, indígenas, mulheres, atuando em favor dos direitos humanos (FUNARI et

al, No prelo), no resgate História dos excluídos e dos oprimidos (JUSTAMAND et al, No prelo). Exclusão e opressão pelas quais passaram os camponeses e os militantes durante a Guerrilha do Araguaia.

Por meio dos mais variados vestígios, encontrados graças às escavações – muitas vezes a partir de indicações e sugestões de pessoas comuns (MECHI, 2012) ou graças a empreendimentos imobiliários – podem recuperar-se elementos da História pregressa de uma dada região. No caso da região do Araguaia, como já fora observado nos depoimentos expostos por Mechi, que claro, muitas vezes contrariam a História oficial (JUSTAMAND et al, No prelo).

A arqueologia tornou-se uma ferramenta muito útil a sociedade, inclusive para sua transformação, na medida em que ela possui um potencial para mudar pontos de vista, ao trazer à tona aquilo que o documento escrito e os depoimentos não revelam. Estudos feitos, por pesquisadores engajados nessa temática, podem apresentar reflexões com relevâncias políticas e sociais (SOARES et al, 2009).

No caso da guerrilha da região do Araguaia, os estudos arqueológicos podem permitir a oportunidade de reconstruir a história das pessoas, que até então estão “sem história”, por que a repressão militar buscou apagar sua existência. Os vestígios analisados poderão apontar o modo pelo qual os mecanismos de repressão política funcionavam (IDEM: 32) e podem também encontrar outros vestígios inesperados dos desaparecidos que comporão a memória do estado de terror pelo qual passaram os camponeses e militantes do Araguaia.

Sobre os vestígios encontrados na região do Araguaia a arqueologia tem muito a contribuir por que é a ciência responsável pela recuperação, documentação, análise e interpretação dos remanescentes e também dos dados ambientais que compõem o contexto humano da época (DIAS Filho, 2009: 51).

Partindo de um viés processualista, fundamentado em novos modos de se ver e também dos fazeres da arqueologia, desenvolvidos desde meados do século passado, pode-se incluir a interdisciplinaridade nas discussões e nas análises arqueológicas (FUNARI et al, No prelo). Assim, arqueologia passou a se preocupar mais os depoimentos das famílias das vítimas como eixos fundamentais para as pesquisas. Respeitando os padrões culturais, sociais e religiosos, assim como, evidentemente, o direito de saber mais sobre os vestígios e sobre os resultados das pesquisas (IDEM). E também a Antropologia Forense em todos os seus ramos de atuação puderam de alguma

forma contribuir mais para as análises arqueológicas. No caso da região do Araguaia essa nova visão arqueológica possibilitou a intervenção forense com grande maestria.

Arqueologia, Direitos humanos e a Guerrilha do Araguaia

A Arqueologia tem se mostrado uma grande aliada dos direitos humanos na América Latina, em particular ao oferecer seu aporte teórico e metodológico para desvendar os mecanismos de repressão e resistência que vigoraram nos regimes ditatoriais durante as décadas entre 1960 e 1980 (JUSTAMAND et al, No prelo). É assim que vemos a importância da ciência arqueológica ligada às questões da Guerrilha do Araguaia.

Tal ciência traz, atualmente, novas dimensões para os estudos sobre as ditaduras militares no continente. Contribuindo na elucidação de aspectos que a documentação escrita ou oral nem sempre esclarece, especialmente nos casos onde a documentação ainda é muito fragmentária.

Nesses casos, os saberes arqueológicos estabelecem uma interface importante com a História, evidenciando outros prismas de análise em que se privilegiam os vestígios materiais, contribuindo para esclarecer os procedimentos repressivos dos regimes ditatoriais.

Nota-se isso por meio do exame das ossadas encontradas, por exemplo; contudo, sua contribuição vai além da identificação dos desaparecidos. São importantes também os vestígios deixados nos locais onde se praticaram torturas e ou assassinatos (como é, por exemplo, os casos dos “buracos do Vietnã”). Além de possíveis análises técnicas dos instrumentos abandonados em porões dos centros clandestinos de detenção (ZARANKIN et al, 2008), inscrições e marcas deixadas em paredes (S. NAVARRETE et al, 2008), as roupas usadas, os mobiliários, entre outros. Assim, a ciência arqueológica ajuda na recuperação da História e da memória dos desaparecidos e na compreensão dos sistemas repressivos (JUSTAMAND et al, No prelo), especialmente sobre a documentação fragmentária deixada pelas ditaduras, na questão da Guerrilha do Araguaia e mais ainda, se espera das investigações arqueológicas as contribuições esclarecedoras dos procedimentos repressivos e a recuperação da História dos desaparecidos (CARVALHO et al, 2009).

O desvendamento dos desaparecimentos provocados pelas ditaduras militares tem sido reivindicado por segmentos sociais engajados em movimentos de memória de verdade, surgidos em diversos países após o fim das ditaduras (JUSTAMAND et al, No prelo).

Algumas pesquisas já foram levadas a cabo por equipes de arqueólogos forenses na região da Guerrilha. No histórico dos moradores da região está “inscrita” a obrigação de trabalhar para os

militares durante a ditadura. Recentemente as pesquisas das equipes que atuaram na região levantaram que 21 guerrilheiros teriam sido presos pelas Forças Armadas e, dentre eles 18 foram vistos circulando pelas bases militares. Todos estão desaparecidos e não há registros oficiais sobre essas mortes (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2002).

Essas pesquisas conseguiram seguir em frente graças à pressão exercida fortemente pelos familiares que levou, em 1995, à aprovação da Lei nº 9140, de dezembro de 1995 (IDEM), dando subsídios para que no ano seguinte fosse montada uma operação na região, para a qual se contratou o E. A. A. F. – Equipe Argentino de Antropologia Forense. Na ocasião foram localizados os restos mortais de duas pessoas: a de Maria Lucia Petit, identificada em 1996, e a ossada de Bergson Gurjão Farias, identificada apenas em 2009 (JUSTAMAND et al, No prelo).

Em 2001, a partir das necessidades apontadas pelas ações anteriores, novas investigações foram feitas na área da guerrilha do Araguaia, e outros locais foram escavados num trabalho realizado pelos arqueólogos do Museu Emílio Goeldi. Entretanto, nessa ocasião não se encontraram evidências de que nos locais escavados tivesse havido sepultamento. As mudanças na paisagem depois de quarenta anos do início da guerrilha e a necessidade de maiores recursos tecnológicos dificultaram os trabalhos. Apesar de terem sido levantadas informações sobre nove militantes sepultados ou vistos pela última vez na base militar de Bacaba², outros seis vistos ou enterrados em Xambioá, e quatro militantes em outros locais (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2001).

Novo fôlego para as investigações dos desaparecidos na guerrilha do Araguaia foi dado em 2010, graças à condenação do Estado brasileiro na Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgão da Organização dos Estados Americanos. O motivo foi por não ter punido os responsáveis pela morte e desaparecimento de 62 pessoas. De acordo com Mechi, “a sentença determina que o Estado brasileiro realize todos os esforços para determinar o paradeiro das vítimas e identificar e entregar os restos mortais aos seus familiares, além de prestar atendimento médico, psicológico e psiquiátrico, quando necessário” (MECHI, 2013).

²Bacaba era uma das bases que as Forças Armadas instalaram na região. Funcionando na fazenda de mesmo nome lá foram mantidos presos e torturados cerca de 300 moradores da região. o Tenente-Coronel José Vargas Gimenez, que admitiu ter torturado prisioneiros, relata que: “As técnicas de interrogatório a que eram submetidos os guerrilheiros em Bacaba consistiam em choques com corrente elétrica gerada por baterias de telefones de campanha portáteis; telefone, que consistia em dar tapas com força, simultaneamente, nos ouvidos, com as mãos abertas; colocá-los em pé, descalços, em cima de duas latas de leite condensado, apoiando-se somente com um dedo na parede; dar-lhes socos em pontos vitais como fígado, rins, estômago, pescoço, rosto e cabeça; além de fazê-los passar fome e sede.”(JIMÉNEZ, 2007: 56).

A partir dessa condenação, foi criado o Grupo de Trabalho Araguaia, GTA, coordenado conjuntamente pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e pelos Ministérios da Justiça e Defesa. O grupo conta com o apoio de equipe técnica pericial e as expedições são acompanhadas por familiares dos mortos e desaparecidos da guerrilha e representantes do Ministério Público Federal (MPF). Ao todo, já foram realizadas cinco expedições na região, muitas delas no cemitério de Xambioá (JUSTAMAND et al, No prelo).

O trabalho ainda inconcluso do GTA já resgatou 25 ossadas que aguardam identificação em Brasília. O foco dos trabalhos claro é a identificação das ossadas dos desaparecidos políticos. Trabalho que pode ser continuado por algum especialista e ou sua equipe. Esse que será de muita valia para os próximos passos da reconstrução da história ainda emudecida da região.

Entre os muitos vestígios passíveis de serem analisados estão: as garrafas, os medicamentos, os projéteis, as pilhas, os recipientes de comida vazios, avaliados pelo GTA como indicativos da existência de uma base de comunicação militar no local (GRUPO DE TRABALHO ARAGUAIA, 2012). Vestígios que aguardam novos interessados no desenvolvimento da pesquisa arqueológica e forense do Araguaia.

Considerações finais e conclusão

Consideramos que parte importante da história da ditadura civil-militar brasileira ainda está encoberta. Estaria encoberta por um véu que esconde as ações de agentes de estado que cometeram crimes lesa humanidade, negando às famílias dos desaparecidos o direito de sepultar os restos mortais de seus entes queridos. E negando à sociedade brasileira compreender, em toda a sua plenitude, este período triste de nosso passado.

Este quadro tem sido vivamente combatido por entidades ligadas aos direitos humanos. Entidades que lutam, entre outras coisas, pela revisão ou revogação da Lei de Anistia de 1979. Visto que esta se trata de uma lei de auto-anistia que protege, na verdade, a muitos dos criminosos e que não está em consonância com os tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

As famílias dos desaparecidos ainda aguardam os corpos para os justos e devidos enterros. Esperam também esclarecimentos, indenizações do estado, por ocultação de cadáveres, seqüestro, desaparecimentos, assassinatos, etc. Essas mesmas famílias lembram que os criminosos não podem continuar impunes. Além dos militantes mortos, há mães desses desaparecidos, que também foram

mortas, por reivindicarem a volta dos seus filhos ou a entrega dos corpos. Esses são vestígios de um estado terrorista.

O estado brasileiro foi condenado na corte internacional das Américas a dar conta dos corpos dos desaparecidos e acertar definitivamente as contas com a sua história e com aqueles que perderam a vida, mas deixaram um legado histórico de luta. Sejam os parentes dos guerrilheiros do Araguaia, sejam dos camponeses, que por lá atuaram, sejam outros tantos que sofreram nos cárceres. Sofreram com diversas formas de tortura, com a repressão política e muitos ficaram presos e passaram por todos os tipos de abusos por muitos anos. Alguns tantos estão com as lembranças marcadas em seus corpos, ficaram com diversas seqüelas da época.

Com passos lentos, o estado e a sociedade brasileira avançam, a exemplo de sindicâncias promovidas pelas próprias instituições militares, aeronáutica, marinha e exército. Segundo o coordenador da CNV – Comissão Nacional da Verdade, Pedro Dallari:

Essa iniciativa é um fato inédito na história das Forças Armadas, que nunca haviam se predisposto a fazer esta investigação. É um gesto de reconhecimento de que graves violações de direitos foram uma realidade nesses estabelecimentos. As Forças Armadas entenderam que precisam contribuir com a sociedade no esclarecimento do que ocorreu³.

A ditadura agiu com a mesma truculência em outras áreas, sejam sociais, culturais, políticas, econômicas e outras. Assim, vários segmentos culturais também arcaram com perdas de todas as ordens, inclusive os indígenas. Esses últimos somente agora passaram a receber atenção das entidades que investigam os crimes da ditadura e que já revelam o barbarismo a que este grupo social foi submetido, presos em campos de concentração.

Os muitos vestígios deixados na região do Araguaia podem, por meio dos estudos arqueológicos, e também da arqueologia forense, contribuir para elucidar mais e melhor parte da nossa história ainda não contada, nem esclarecida. Afinal esse é um dos papéis da Arqueologia como ciência contribuir para a ampliação dos saberes sobre nosso passado comum.

Os arqueólogos em ação na região da guerrilha, com os vestígios em mãos, podem contribuir para os esclarecimentos, a partir das técnicas e interpretações, cooperando para a construção da memória social. Dessa forma a ciência arqueológica é colaborativa com as praticas dos direitos humanos. Exumar eventos dolorosos também é um fazer arqueológico, haja vista toda a produção científica já realizada nessa área, especialmente na América Latina (FUNARI et al, 2008).

³<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/04/01/pela-1-vez-forcas-armadas-reconhecem-violacoes-na-ditadura-diz-coordenador-da-cnv.htm>. Acesso em: 12 de abril de 2014.

Referências bibliográficas

- ABREU, S. de B. **De Zé Porfírio ao MST: A luta pela terra em Goiás**. 2002. Brasília, André Quicé Editor.
- CARVALHO, Aline Vieira de e FUNARI, Pedro Paulo A. 2009. A importância da Arqueologia Forense na construção das memórias perdidas nos períodos ditatoriais latino-americanos. In: SOARES, Inês Virgínia Prado e KISHI, Sandra Akemi Shimada (coord.). **Memória e verdade: a justiça de transição no estado democrático brasileiro**. Belo Horizonte: Fórum.
- CARVALHO, Aline Vieira de e FUNARI, Pedro Paulo A. 2009. Arqueologia forense como arqueologia pública: estado da arte e perspectivas para o futuro no Brasil. In: CARVALHO, Aline Vieira de; SOARES, Inês Virgínia Prado; FUNARI, Pedro Paulo A. & SILVA, Sérgio Francisco Serafim Monteiro. **Arqueologia, direito e democracia**. Erechim: Habilis.
- COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS; INSTITUTO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DO ESTADO; GRUPO TORTURA NUNCA MAIS. 1996. **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado.
- DIAS Filho, Claudemir Rodrigues. 2009. Entomologia forense e remanescentes humanos. In: CARVALHO, Aline Vieira de; SOARES, Inês Virgínia Prado; FUNARI, Pedro Paulo A. & SILVA, Sérgio Francisco Serafim Monteiro. **Arqueologia, direito e democracia**. Erechim: Habilis.
- FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. 2010. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto.
- FUNARI, Pedro P. A. 2013. “Arqueologia no Brasil e no mundo: origens, problemáticas e tendências”. **Ciência e Cultura** [online]. Vol.65, n.2.
- FUNARI, Pedro Paulo A. e SOARES, Inês Virginia Prado. No prelo. **Arqueologia da resistência e dos direitos humanos**.
- FUNARI, Pedro Paulo; ZARANKIN, Andrés & REIS, José Alberioni dos. 2008. **Arqueologia da repressão e da resistência: América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960-1980)**. São Paulo: AnnaBlume e FAPESP.
- GRUPO DE TRABALHO ARAGUAIA. **Relatório de conclusão. 04 de novembro de 2011**, fl 22.
Disponível em: <http://2ccr.pgr.mpf.gov.br/coordenacao/grupos-de-trabalho/justica-de->

[transicao/relatorios-1/relatorio-final-gta-2011/Relatorio%20Final%20de%202011.PDF](#) acessado em: 10 de julho de 2012.

<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/04/01/pela-1-vez-forcas-armadas-reconhecem-violacoes-na-ditadura-diz-coordenador-da-cnv.htm>

JIMÉNEZ, José Vargas. 2007. **Bacaba – Memórias de um guerreiro de selva da guerrilha do Araguaia. Campo Grande.** Editora do Autor.

JUSTAMAND, Michel; MECCHI, Patrícia Sposito & FUNARI, Pedro Paulo A. No prelo. **Repressão política e direitos humanos: arqueologia, história e memória da ditadura militar brasileira.** Palmas: Editora da UFT.

KEELEY, Lawrence H. 2011. **A guerra antes de civilização.** Trad. Fábio Faria. São Paulo: É Realizações.

MECHI, Patrícia Sposito. 2012. **Protagonistas do Araguaia: trajetória, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha.** Tese de Doutorado, PUC-SP.

MECHI, Patrícia Sposito. Março de 2013. “Contra a revolução, a barbárie”. **Revista de História da Biblioteca Nacional.** Dossiê Guerrilhas. N. 90.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, Procuradoria da República do Pará. Pará, junho de 2001. **Inquérito Civil Público. Assunto: Direitos Humanos. Guerrilha do Araguaia. Investigação visando localizar os restos mortais de vítimas da repressão política.**

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, Procuradorias da República do Pará, São Paulo e Distrito Federal. Brasília, janeiro de 2002. **Relatório Parcial das Investigações sobre a guerrilha do Araguaia.**

MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. 2005. **Operação Araguaia: os arquivos secretos da Guerrilha do Araguaia.** São Paulo, Geração Editorial.

NASCIMENTO, Durbens Martins. 2000. **Guerrilha do Araguaia: Paulistas e militares na Amazônia.** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Pará.

S. NAVARRETE, Rodrigo e Y. LÓPEZ, Ana Maria. Rabiscando atrás das grades: grafites e imaginário político-simbólico no Quartel San Caelos (Caracas/Venezuela). 2008. In: FUNARI, Pedro Paulo; ZARANKIN, Andrés & REIS, José Alberioni dos. **Arqueologia da repressão e da resistência: América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960-1980).** São Paulo: AnnaBlume e FAPESP.

SOARES, Inês Virgínia Prado & KISHI, Sandra Akemi Shimada. 2009. **Memória e verdade: a justiça de transição no estado democrático brasileiro**. Belo Horizonte: Fórum.

ZARANKIN, Andrés e FUNARI, Pedro Paulo A. 2009. “Brilho eterno de uma mente sem lembranças”: arqueologia e construção da memória da repressão militar na América do Sul (1960-1980). In: CARVALHO, Aline Vieira de; SOARES, Inês Virgínia Prado; FUNARI, Pedro Paulo A. & SILVA, Sérgio Francisco Serafim Monteiro. **Arqueologia, direito e democracia**. Erechim: Habilis.

ZARANKIN, Andrés e NIRO, Claudio. 2008. A materialização do sadismo: arqueologia da arquitetura dos Centros Clandestinos de Detenção da Ditadura militar argentina (1976-1983). In: FUNARI, Pedro Paulo; ZARANKIN, Andrés & REIS, José Alberioni dos. **Arqueologia da repressão e da resistência: América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960-1980)**. São Paulo: AnnaBlume e FAPESP.